



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRAÍ**

## **ESTADO DE MINAS GERAIS**

### **GABINETE DO PREFEITO**

§ 5º. Pelo desempenho das atividades, os membros da JARI serão remunerados por reunião, sendo o valor estabelecido por Decreto, observado o teto de um salário mínimo por mês.

§ 6º. Os membros da JARI de Mirai exercerão mandato de 2 (dois) anos, permitida uma única recondução para período imediatamente posterior, ficando eventual substituição de membro condicionada ao período do mandato do titular.

Art. 17. A JARI de Mirai terá regimento interno próprio, formulado em conformidade com as diretrizes estabelecidas pelo Conselho Nacional de Trânsito - CONTRAN.

Art. 18. O apoio administrativo e financeiro da JARI de Mirai será prestado pela Secretaria Municipal de Segurança Pública, Defesa Social, Trânsito, Transporte e Defesa Civil.

#### **CAPÍTULO V**

#### **DO FUNDO MUNICIPAL DE TRÂNSITO**

Art. 19. Fica criado o Fundo Municipal de Trânsito, órgão de regime especial, dotado de autonomia administrativa e financeira, com o objetivo de dar suporte financeiro às ações do município em atendimento ao disposto no artigo 24 e incisos, do Código de Trânsito Brasileiro.

Parágrafo único. Caberá ao Fundo Municipal de Trânsito, dentre outras ações, a administração e contabilização das multas de trânsito arrecadadas no município.

Art. 20. Constituem receitas do Fundo Municipal de Trânsito, os recursos provenientes de:

- I - produto da arrecadação das multas de trânsito recebidas pelo Município, provenientes de repasse da União, Estado e do próprio Município;
- II - produto de arrecadação de taxas referentes ao Pátio de Recolhimento de veículos e das remoções;
- III - produto de arrecadação da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico – CIDE, repassada pela União;